



Em Santos, transferência e ampliação do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, é visto pelo Governo Federal como um grande incentivo ao setor

# MPor prevê que investimentos em terminais devem ampliar cruzeiros

A Tribuna mostrou ontem que há redução no País; próxima temporada terá queda de 19,5% em passageiros

DA REDAÇÃO

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) prevê que investimentos em terminais de passageiros devem ampliar o turismo por cruzeiros no Brasil. Para este ano, estão previstos leilões de terminais de embarque e desembarque de passageiros para estimular a operação de navios de viagens marítimas, com investimentos de cerca de R\$ 1 bilhão.

De acordo com o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, está previsto para o dia 22 de outubro, na Bolsa de Valores (B3) em São Paulo, o leilão do terminal de passageiros de Maceió (AL), com investimentos de R\$ 3,7 milhões e prazo de 25 anos de concessão. “Esse terminal é destinado ao embarque e desembarque de passageiros que transitam pelo Porto de Maceió, contribuindo para o conforto e a segurança dos turistas”, afirmou Ávila, lembrando que além do terminal, está prevista a cons-

trução de estacionamento adjacente.

Com os investimentos, o porto poderá receber navios como os de cruzeiros de 220 metros, podendo chegar a 300 metros com realização de manobras externas à bacia de evolução e uso de equipamentos específicos.

Também está previsto para 2025 o leilão do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Recife (PE). “Nossa expectativa é ter a liberação do Tribunal de Contas da União (TCU) para este leilão para podermos também marcar a data”, acrescentou o secretário, lembrando que a região Nordeste tem uma vocação natural para o turismo, que precisa ser incentivada. O terminal de Recife, juntamente com o de Fortaleza (CE), Maceió e Salvador (BA), deverá fortalecer os cruzeiros no Nordeste.

SANTOS

Outro empreendimento previsto é a mudança, am-

## NÚMEROS

A temporada 2024/2025 fechou com 838,1 mil cruzeiristas, 0,8% menos do que temporada anterior (844 mil). Haverá um novo recuo na temporada 2025/2026, que ofertará 674,6 mil leitos em sete navios regulares, dois a menos e uma redução de 186,4 mil leitos (-19,5%). Falta de infraestrutura portuária adequada, altos custos de insumos e ações judiciais trabalhistas e de consumidores contribuem para essa retração. A próxima temporada de cruzeiros marítimos será mais curta, de 21 outubro de 2025 a 24 de abril de 2026. Segundo o Concais, que administra o Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, no Porto de Santos, a temporada começará em 26 de outubro, com a chegada da MSC Preziosa, e encerrará no dia 19 de abril de 2026, com a partida da Costa Diadema.

pliação e modernização do Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais no Porto de Santos.

No projeto do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó, cujo leilão deverá ocorrer em dezembro, há a previsão de investimento de aproximadamente R\$ 1 bilhão, como contrapartida para a construção da laje do Concais no Valongo.

A nova infraestrutura vai conectar diretamente o embarque de passagerei-

ros ao Centro Histórico de Santos.

Ainda de acordo com o secretário, também há uma expectativa de se construir um novo terminal de passageiros no Porto de Paranaguá (PR), manifestada pelo Governo do Estado e pela Autoridade Portuária. Está em fase de estudos para futura implementação.

O secretário citou ainda o terminal de Outeiro (PA), que passa por obra de modernização para receber navios de passageiros já para a COP-30.

BIOMETRIA NO EMBARQUE

Em outra frente, o turismo de cruzeiros marítimos no Brasil, ganhando uma ferramenta de reconhecimento facial para facilitar e dar maior segurança ao embarque dos turistas. Lançada pelo MPor, a plataforma digital é baseada em biometria e check-in antecipado e estará disponível às empresas de cruzeiros a partir de outubro.

A solução integra o Porto Sem Papel (PSP), programa criado pelo Governo Federal para desburocratizar a operação portuária e reunir as necessidades e exigências de outros órgãos, além das autoridades portuárias, como a Anvisa, a Polícia Federal e a Marinha.

Presente nos portos públicos brasileiros e na maioria dos privados, o PSP agregou formulários destes órgãos e reduziu de 20 para quatro dias o tempo médio de uma embarcação no porto.